

BRASIL: UMA INCÓGNITA POR DESVENDAR *

*Rafael de Juan y Peñalosa
Fac. Ciências Econômicas
e Empresariais do País Basco*

* A propósito de: H. Jaguaripe, *Alternativas do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1989.

Brasil, um gigante adormecido? A expressão é frequente, embora com diferentes formulações. Desde que os portugueses batizaram seu descobrimento das Índias Americanas de "terras de Vera Cruz", o Brasil tem sido objeto de sonhos e ilusões, de esperanças e frustrações. "Há povos que crescem para o céu, como as palmeiras, e outros que crescem para baixo, como a cauda dos cavalos. O Brasil encontra-se quase no nível do chão", escrevia em 1977 o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, A. Baleeiro.¹ Testemunhos semelhantes ao de A. Baleeiro são escassos entre os cientistas e escritores brasileiros. Na história cultural brasileira floresceu com mais fecundidade o que poderíamos qualificar de atitude *ufanista*.

O ufanismo tem feito mal ao Brasil. As dimensões continentais do país e, sobretudo, a durante séculos inexplorada Amazônia com suas imensas riquezas e seu mistério virgem, serviram como Caixa de Pandora para manter como interrogação uma realidade decepcionante, um processo de desenvolvimento (que não é de crescimento) lento, ocasional, epigonal; um processo político mimético; um processo histórico guiado por marcos alheios, sulcos já colhidos onde só se encontram restos.

Esta síndrome amazônica define um estado de inércia latente, de euforia sem suporte. O Brasil foi o "país do futuro" antes que Stefan Zweig assim o batizasse, e continua sendo ainda

1. Cf. "O Estado de S. Paulo", 24 de abril de 1977.

hoje. A minha questão é: de que futuro? A pergunta envolve não só o como, mas também o quando. Paraísos, só existem os perdidos. Abrigar-se em paraísos ou em grandezas futuras só pode desembocar em ditaduras que pretendem torná-los mais próximos ou em religiões que nos assegurem a passagem a eles. Já sabemos como podem terminar as ditaduras ideológicas modernas; as religiosas ainda estão em período de incubação, mas não auguram nada de positivo.

O Brasil precisa de realismo para enfrentar seu ser. Não basta proclamar, cantando em *slogans* publicitários, que "o Brasil é um país que vai pra frente", para que a canção se torne realidade. Não se trata de voltar à infância dos contos de fadas. As canções infantis servem para provocar o sono, ou para adormecer a vida. O Brasil tem razões para alimentar seu otimismo diante do futuro, mas também as tem, e bastantes, para levantar sérias questões sobre seu passado e sobre seu presente.

Hélio Jaguaribe, "ufanista" ou realista?

Quando o autor afirma, no livro que comentamos, que o Brasil "é um dos países mais viáveis do mundo" (p. 6), está sendo fiel a essa corrente "ufanista" que atravessa os cinco séculos de história documentada brasileira. Quando um pouco mais adiante não hesita em declarar que o Brasil suporta "uma das piores classes políticas do mundo ocidental" (p. 14), o autor se mostra como um realista extremado, como se precisasse disso para fazer-se perdoar o pecado original do seu otimismo.

Ao longo de todo o estudo, Jaguaribe oscila entre o otimismo e o realismo, alcançando em ambos os casos cotas muito elevadas. Sirvam como expressão do seu otimismo afirmações como: "O Brasil conseguiu construir, entre 1940 e 1970, o Estado mais moderno do Terceiro Mundo"; "A capacidade de crescimento da economia brasileira é das mais elevadas do mundo"; "O Brasil é o país que teve um crescimento mais acelerado neste século". E como amostra de seu realismo sem adereços sirvam estas outras: "O dualismo converte o Brasil na sociedade mais heterogênea do mundo"; "A distribuição de renda brasileira é a pior do mundo"; "Sendo o Estado mais moderno do Terceiro Mundo, na atualidade está se aproximando aos níveis de ineficácia e de irresponsabilidade dos estados afro-asiáticos".

Este extremismo na análise e na crítica, assim como na seleção e apresentação das variáveis econômicas e políticas, torna difícil

uma leitura sossegada e impossível a captação dos matizes que toda sociedade possui e que, com frequência, melhor a definem. Ajuda-nos a delimitar as dimensões do colosso, mas oculta-nos suas entranhas.

Hélio Jaguaribe é um profissional da ciência política, com profunda preparação sociológica e bom conhecimento da significação e implicações das variáveis macroeconômicas. Não é, pois, de estranhar que o melhor de suas análises corra paralelamente às suas reflexões sobre o sistema político e de partidos do Brasil, assim como da dissecação que faz do Estado brasileiro e seus tentáculos administrativos e empresariais. Os dados econômicos e as grandes linhas da sua evolução temporal servem-lhe apenas de suporte para urgir a necessidade de uma mudança. As alternativas que apresenta são políticas, embora os motivos sejam econômicos, sobretudo o perigo, a curto prazo, de uma hiperinflação.

No final da leitura fica no ar uma espécie de imprecisão, de falta de articulação, de ter caminhado em círculo. Algo assim como se o autor, com as freqüentes repetições dos dados ou sintomas mais agudos, precisasse disso para não perder o pé, para encontrar o rumo, o norte, a saída. Ele não afoga a esperança porque "os processos histórico-sociais encontram-se submetidos a um regime diferente dos processos mecânicos (...) Não estão submetidos à degradação entrópica, mas a um enriquecimento evolutivo" (p. 136). Não afoga a esperança, mas corta, mesmo sem pretender, aquilo que a sustenta.

Brasil: ano 2000

Não há dúvida de que o último quarto deste século exigiu da intelectualidade brasileira, sobretudo dos especialistas em economia e ciências afins, a busca de uma resposta às questões que pairam sobre o destino do Brasil e sua missão na economia e política internacional. À medida que se aproxima o final do século parece que a pressão se faz mais aguda. É fácil detectar um certo ambiente escatológico.

Tudo começou, se minha informação bibliográfica não engana, no início dos anos setenta com dois livros, escritos num breve espaço de tempo, por Mario Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda durante vários anos, que tentavam uma análise de prospectiva econômica fixando como horizonte o ano 2000. O Brasil e este horizonte davam o título ao primeiro trabalho. Um ano antes do aparecimento do primeiro livro, em março de

1972, veio à luz e foi apresentado à sociedade na sede da Smithsonian Institution of Washington, o primeiro Informe do Clube de Roma, sobre os limites do crescimento. Neste informe os limites do crescimento desregrado, os limites do tolerável, encontravam-se por volta do ano 2000. Um certo catastrofismo, fortemente alimentado um ano e meio depois com a crise do petróleo, implantou-se no mundo. Os institutos de prospectiva do mundo capitalista, sobretudo os norte-americanos, puseram-se a trabalhar, mais para buscar as limitações e carências do Informe do que para encontrar vias alternativas.

O êxito com que a sociedade industrial eludiu o impacto da crise energética na sua reincidente versão, serenou bastante os ânimos e o horizonte se retraiu até 1992. Mas o Brasil ainda está se espreguiçando e não pode se permitir este luxo. A passagem da ditadura militar, implantada em 1964, à democracia dilatou-se mais que o conveniente; os problemas da dívida externa mantiveram manietados os economistas e políticos durante toda a década dos Oitenta. O horizonte de 92 ficou estreito para eles e voltaram a considerar o seu ser e seu destino com relação ao ano 2000.

É nesse contexto que se deve situar a obra *Brasil 2000*, editada em 1986, da qual H. Jaguaribe responde pela metade dos capítulos. No livro que agora comentamos, o autor parte dos dados e conclusões que se destilam nesse trabalho anterior, e introduz os novos e importantes acontecimentos políticos do Brasil nos últimos três anos, para delinear as estreitas alternativas entre as quais se debate o Brasil se não quiser sucumbir numa "catastrófica crise", segundo sua afirmação final.

Oitava potência industrial

O Brasil ocupa, dentre as economias do bloco ocidental, a oitava posição em produção industrial. A lembrança desse dado converte-se no refrão mais repetido nesta obra de H. Jaguaribe. Esta afirmação, por força de ser verdadeira, pode ocultar a verdade. Algo semelhante aconteceria se tentássemos penetrar na economia da Índia insistindo em que, desde muitos anos, pertence ao restrito clube dos possuidores da bomba atômica. Não pretendo dizer que o autor descuida e, menos ainda, esquece os elementos mais dramáticos da estrutura socioeconômica brasileira, mas desconfio que tal afirmação tão repetida possa converter-se em base para articular uma argumentação coerente; no melhor dos casos pode servir de pano de fundo para ressaltar o drama de um país, de uma economia dual, aspecto sobre o qual insiste H. Jaguaribe.

Os dados que delineiam a economia brasileira são arrepiantes, em sintonia com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados e seus 140 milhões de habitantes. O PIB brasileiro ocupa a décima posição do mundo, mas em termos *per capita* desce à posição cinquenta e dois. Segundo as estatísticas do Banco Mundial, o Brasil ocupa a 74^a posição em educação e a última em distribuição de renda. Com a maior dívida externa dentre os países do Terceiro Mundo, 15% das famílias brasileiras encontram-se em situação de miséria e 35%, incluídas as anteriores, em estado de estrita pobreza. Também 53% das crianças encontram-se em situação de estrita pobreza. Os dados e porcentagens sobre a educação são ainda mais aterradores. O nível de educação do Brasil alcança 15% do nível argentino (a comparação com a Argentina em termos educacionais é tão inevitável quanto a afirmação de que se trata de uma espinha que há muito tempo está fincada na garganta da comunidade dirigente brasileira), e menos de 10% da população adulta conseguiu terminar seus estudos de primeiro grau. Como afirma Jaguaribe, a ignorância é ainda mais trágica que a pobreza.

Poder-se-ia continuar desafiando os indicadores socioeconômicos; não é necessário, dado que todos eles se entrelaçam como maçãs numa fruteira, e com os que destacamos quase poderíamos deduzir o resto. Em qualquer hipótese, e para quem tenha curiosidade, na obra de investigação *Brasil 2000*, à qual aludimos anteriormente,² podemos encontrar um quadro completíssimo e bem-selecionado de indicadores e estatísticas, dentre as quais retenho a que mostra como a produção de alimentos (arroz, feijão, mandioca, milho) *per capita* decresceu entre 1975 e 1983, exceto a de soja (p. 157).

Sem a menor dúvida, o Brasil é um paradigma (inclusive, o paradigma) de *economia dual*, expressão que se introduziu em universidades espanholas, nos anos setenta, pelos artigos de Celso Furtado, publicados em *Información Comercial Española*, e que supôs o primeiro passo para a superação do pobre conceito de subdesenvolvimento, tal como o expunha o célebre Manual de Economia de Samuelson. Nos anos posteriores a teoria dualista ficou parcialmente arrincoada para dar lugar a uma mal-remozada teoria do imperialismo, e às teorias do intercâmbio desigual e da dependência.

O passar do tempo e das modas das teorias nem sempre consegue enterrar definitivamente modos e modas anteriores. Não é casualidade que tenha sido um brasileiro a destacar-se na análise dualista, assim como não é acidental nem gratuito que H. Jaguaribe recupere agora o modelo dualista, para mostrar-nos o rosto da economia e da sociedade da oitava potência industrial do mundo.

2. Cf. Jaguaribe, H., et alii, *Brasil 2000*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.

Níveis de crise

Tendo apresentado, com o vigor que dá a síntese, os aspectos mais agudos (especialmente pelo despropósito de todo dualismo) da economia e da sociedade, entra H. Jaguaribe, bisturi à mão, na análise do sistema brasileiro. A margem de tempo com que se conta diante da realidade e a amplitude do mal a reparar e superar servem-lhe de referência para a qualificação dos "níveis de crise" que, por sua concorrência na atualidade, por sua causalidade circular e pelas questões que pairam sobre o homem da Presidência do Brasil, justificam abundantemente o profundo mal-estar que atravessa, como rio profundo, a sociedade brasileira.

O Brasil afronta uma tríplice crise ou, se preferirmos, uma única crise com três cabeças: uma *aguda* crise conjuntural; uma *grave* crise estrutural e uma *ampla* crise de organização. A primeira delas pode-se reduzir à disparada dos preços. A hiperinflação tem sido uma ameaça persistente, inclusive violenta, e só uma Presidência da República que inspire confiança pode evitar a catástrofe. O Brasil conheceu, em apenas quatro anos, o que poderíamos chamar três planos de estabilização: o Plano Cruzado (fevereiro de 1986),³ que ficou sendo o mais conhecido, o Plano Bresser (junho de 1987) e o Plano Verão (maio de 1989), que mal chegou a pôr-se em andamento.

A crise estrutural é mais difícil de delinear, como sabem todos os que tentaram repetidamente e sem desfalecer, definir ou, pelo menos, delimitar, o conceito de estrutura econômica. Jaguaribe opta por resolver a dificuldade mediante a enumeração, e posterior análise, de quatro "ordens de problemas": "Os relacionados com o dualismo básico da sociedade brasileira; os relativos à crise do sistema público; os que dizem respeito à crise do crescimento econômico e os que concernem à crise do processo de modernização do país". Já nos referimos à primeira ordem de problemas. Na descrição da segunda o autor encontra-se à vontade. Como resumo poderiam servir essas duras palavras: "Políticos histriônicos e corruptos (que se ressarcem dos seus gastos eleitorais às custas do erário público) constituem a parte predominante do quadro político brasileiro". Dureza de julgamento em sintonia com o domínio do conceito e da palavra de um especialista em ciência política: quando se sabe o que se quer dizer, perde-se o medo de dizer o que se quer.

A crise do crescimento econômico fica evidente ao constatar que, em termos relativos, o Brasil terminou a década de oitenta mais pobre do que estava no final da de setenta. A dívida externa e a queda da poupança, sobretudo pública, aparecem como

3. Outros o denominaram Plano Tropical por sua semelhança com o Plano Austral adotado na Argentina em junho de 1985; não obstante, passou para a história econômica como Plano Cruzado por estar mais em consonância com o fato de que boa parte do seu êxito se confiava à mudança de nome e de valorização da moeda, como uma espécie de arma psicológica contra aquela inflação que os economistas brasileiros chamam de inercial. Jaguaribe o qualificou de "brilhante concepção de jovens economistas". Sobre o Plano Cruzado, ver: P. Arida et alii, *Inflação zero*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986; F. Lopes, *Choque heterodoxo. Combate à inflação e reforma monetária*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1986.

principais culpados. Finalmente, a crise da modernização tem estreita relação com a queda do número de cientistas qualificados, ao mesmo tempo que se recorre ao protecionismo (velho pecado nosso e da nossa América!) como instrumento para incentivar e proteger as novas indústrias nos setores de tecnologia avançada.

Quanto à crise de organização, a chave se encontraria na variada fauna de grupos de pressão que pululam na sociedade brasileira. A única forma de fazer frente a essa crise induzida por variados e antigos vícios é fazendo circular o ar mediante a redução gradual de protecionismos diante do exterior e eliminando privilégios e imunidades no interior.

Viabilidade e alternativas

Se há um conceito permanentemente presente na obra de Hélio Jaguaribe é o de *viabilidade*, aplicado aos países. Recordo que na primeira conferência em que o ouvi, no Rio de Janeiro (maio de 1975), no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), o eixo de sua intervenção girou precisamente em torno desse conceito e sua aplicação para uma classificação dos países latino-americanos. Trata-se de um conceito sem uma definição precisa mas claramente subordinado aos níveis de magnitude de variáveis macroeconômicas, incluídas as demográficas e alguns matizes geográficos. Na obra que estamos comentando o autor o expressa assim: "O Brasil é um dos países mais viáveis do mundo... e situa-se, como os Estados Unidos, a União Soviética e o Canadá no cume da viabilidade mundial. O Brasil é o 5º país do mundo em território, o 6º em população, o 10º em PIB, o 9º pelo valor das suas exportações e o 3º em superávit comercial... Possui um dos índices mais elevados de auto-suficiência. As importações brasileiras representam apenas 6% do PIB, representando o petróleo a metade desse valor". A seleção de dados aponta claramente para um conceito de viabilidade muito próximo ao de uma auto-suficiência econômica (melhor dizendo, alimentícia), no hipotético caso de um mundo sem comércio e sem intercâmbios. Um termo que, em suma, exala fisiocracia e que é preciso enquadrar na corrente "ufanista" da qual falávamos no início.

Um conceito, ademais, que não leva a parte alguma, exceto ao realce da dramática situação de um país com potencialidades. Quando Jaguaribe prognostica que no final deste século a economia brasileira deverá superar, em produto, as economias do Canadá, da Grã-Bretanha e da Itália, está dizendo apenas algo ilustrativo. E digo isso porque parece-me um prognóstico com pouco sentido num mundo em acelerada integração.

Não creio que, hoje em dia, as comparações entre países, mediante a extrapolação de meros dados quantitativos, sejam muito acertadas se se pretende fazer deles pontos de referência e, menos ainda, base de argumentação. Hoje em dia escreve-se, pensa-se, investiga-se em termos de eixos, blocos, zonas, grupos: eixo do Pacífico, eixo do Atlântico, Bloco socialista, Zona mediterrânea, Grupo Latino-americano... É tão verdadeiro que a história é mestra da vida como o é que a geografia, no dizer de Octavio Paz, é a mãe da História.

Quanto às alternativas que apresenta H. Jaguaribe, pode-se dizer que pecam por urgência. O Brasil é um país lento e sábio; um país tropical e pacífico; um país luminoso. Um país com cinco séculos às costas. Por conseguinte, não se pode jogar em dois, em oito anos, mesmo que a inflação dispare, o seu futuro.

Não digo que esse futuro seja lisonjeiro; afirmo que não depende do curto prazo. Por outro lado, creio que H. Jaguaribe foi demasiado benévolo com os longos anos de ditadura militar. A urgência do drama do momento traiu sua memória. Basta recordar que o orçamento do Ministério da Saúde em 1964 (3,7%), ano da tomada do poder pelos militares, desceu a 0,7% em 1974. Ou ainda, recorde-se que os gastos do orçamento federal com a educação e cultura, que em 1965 chegavam a 11,1%, desceram a 4,2 em 1977. Daqueles ventos, essas tempestades.

E mesmo que tudo conspire para favorecer o pessimismo, quero agora testemunhar as razões de minha esperança, que não coincidem com as do autor do livro que comentei. O Brasil está condenado a ser uma grande nação, por suas dimensões continentais e por seu povo; por seu amor à concórdia e por sua mistura de raças. O Brasil tem um papel a desempenhar, um importante papel, no Atlântico Sul, e isso a curto prazo, quando a África do Sul de hoje, mesmo com Mandela em liberdade, vier a ser uma triste lembrança. E tem também uma missão a cumprir na África portuguesa. Só espero que o sub-imperialismo forçado e importado, que alguns crêem detectar na estrutura econômica brasileira de hoje, não o leve a realizar, noutras terras e histórias, sua maldição do passado. E espero tudo isso independentemente de que algum dia o sonho amazônico se transforme em realidade.

(Tradução de Marcelo Perine)

Endereço do autor:

Alameda de Urquijo, 58 prl. izq.
48011 — Bilbao — Espanha

SÍNTESE NOVA FASE
49 (1990): 101-108